

SESSÕES DO PLENÁRIO

97ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de outubro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. BIRA CORÔA *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Invocando proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Luiza Maia , comunicando sua ausência da sessão no dia 25/09/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Zé Raimundo, comunicando sua ausência da sessão no dia 06, 19, 25 e 26/09/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato

parlamentar.

Do Dep. Temóteo Brito, comunicando sua ausência das sessões nos dias 25 e 26/09/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Leur Lomanto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ao ler, hoje, o jornal *A Tarde* vimos uma notícia que muito nos preocupou, a questão relacionada ao baixo desempenho do turismo na cidade de Salvador.

Tivemos a informação que Salvador consegue ter uma ocupação hoteleira inferior a cidades como Sergipe e Belo Horizonte fruto da violência que está instalada neste município.

Hoje, saiu no jornal *A Tarde*, nobre deputado Adolfo Viana, que foi encontrada uma pessoa morta na orla de Patamares. A pessoa estava caminhado, fazendo o seu exercício às 6 horas da manhã e foi encontrada morta pelas pessoas que ali transitavam. Isso demonstra a falta de segurança que está instalada na cidade de Salvador, o que já vem repercutindo, há muito tempo, inclusive internacionalmente. Salvador vem sendo manchete de jornais como o *New York Times*, no ano passado, como uma das capitais mais violentas do Brasil. Sem sombra de dúvidas, isso vem se refletindo na movimentação turística da nossa cidade. Salvador possui o atrativo natural das praias maravilhosas e tem, dentre as suas principais atividades econômicas, o turismo. E um dos fatores pelos quais a cidade vem deixando de ser uma cidade atrativa, hoje, é a violência.

Recentemente, li o *blog Política Livre* que foi encontrada morta, no bairro de São Cristóvão, uma turista do estado do Mato Grosso que estava desaparecida há alguns dias.

Esse é um fator que vem nos preocupando bastante, já vínhamos alertando isso há algum tempo desta tribuna. O governo do PT procura deixar os problemas da cidade de Salvador como sendo uma questão da prefeitura, não sabendo que ela é a capital do nosso Estado. O governo do Estado está aí há 6 anos sem nenhuma ação eficaz, deputado Pedro Tavares, para combater a violência em Salvador, o que vem prejudicando de forma muito grande o movimento turístico em nosso Estado.

É lamentável que ainda aconteçam fatos dessa natureza. Amanhã, infelizmente, Salvador deverá estar nas manchetes dos jornais, mais uma vez, pelos fatos acontecidos hoje como o assassinato na orla marítima.

Lamentavelmente, não houve uma atenção especial do governo do Estado, que não teve sequer a iniciativa de chamar para si o problema da nossa orla marítima – que já está tão maltratada, tão judiada – no sentido de tentar ajudar a solucionar esse grave problema. São 6 anos do governo do PT na Bahia, e aquela região continua do mesmo jeito, prejudicando muito o turismo em Salvador.

Temos de lamentar esses atos de violência. Chamo mais uma vez a atenção da Secretaria da Segurança Pública e das Polícias Militar e Civil, porque é preciso reforçar a segurança naquela área. A minha família também já foi vítima de violência na orla marítima, já que o meu sogro foi assaltado quando caminhava em Piatã.

Solicito ao secretário da Segurança e às Polícias Militar e Civil que reforcem o policiamento, principalmente, na orla. Para que assassinatos como esse deixem de acontecer, aquela região precisa ser bem policiada, é necessário que tenha barracas ordenadas de forma organizada. Mas Salvador voltará, com a eleição do deputado federal ACM Neto, nosso futuro prefeito, a ser uma grande cidade, orgulho dos baiano, trazendo novamente os turistas para cá.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos vivendo o Outubro Rosa, mês em que acontecem atividades que alertam para a necessidade da prevenção ao câncer de mama.

Essa importante iniciativa, que surgiu na Califórnia, em 1997, e espalhou-se pelo mundo, busca de forma mais intensa esclarecer sobre o câncer de mama, alertando quanto à necessidade da prevenção de uma doença que atinge milhares de mulheres no mundo inteiro.

Por outro lado, estamos dando entrada a um projeto de lei que institui o mês de incentivo e divulgação da prevenção do câncer de próstata e de pênis, que denominamos Novembro Roxo. Esperamos contar com o apoio dos nossos colegas deputados a essa proposição de grande importância, e assim possamos estimular atividades de prevenção do câncer de próstata e de pênis, estimulando políticas públicas de saúde do homem.

Existe um preconceito muito grande em relação ao exame de próstata, o que tem causado sérios prejuízos à saúde da população, com o aumento considerável do índice de câncer de próstata e de pênis. E isso poderia ser evitado.

Nesse sentido, estamos propondo que esta Assembleia também se incorpore a essa luta, ao mesmo tempo em que se incorpora a essa luta importante, o Outubro Rosa. Outubro Rosa, atividade espalhada no mundo inteiro, com atividades de grande importância para a prevenção do câncer de mama: caminhadas, atividades, debates e palestras. Precisamos também, além disso, estimular a prevenção ao câncer de próstata e de pênis.

Estamos apresentando esse projeto de lei, que estabelece o Novembro Roxo. Será o mês, pela nossa proposição, de atividades, caminhadas, debates, seminários, esclarecimentos, divulgação, para que possamos contribuir na prevenção dessas doenças que têm acometido boa parte da população e podem ser evitadas com prevenção. É preciso que haja essa divulgação.

O projeto de lei prevê a realização de campanhas de conscientização, de ações educativas nas escolas, nas igrejas, centros sociais, de atividades como debates,

palestras, outras iniciativas que venham a esclarecer essas questões para prevenir, efetivamente, o câncer de próstata e o câncer de pênis. Estimular a discussão e o debate sobre a saúde do homem. Precisamos aqui aprovar esse projeto de lei. Sendo assim, teremos aqui, na Bahia, no calendário das atividades, o Novembro Roxo como o calendário oficial do Estado da Bahia.

Peço o apoio dos colegas parlamentares para que aprovem esse projeto e contribuamos com a prevenção dessas doenças que atingem boa parte da população masculina.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, senhores presentes, a imprensa que nos assiste, vocês que estão nos acompanhando pela *TV Assembleia*, trago aqui um assunto muito interessante e importante para o Estado da Bahia, que é a Conferência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de 15 a 17 de outubro, no Centro de Convenções. O contexto em que se insere essa conferência é do mais auspicioso, porque decorre de 133 conferências municipais, quando se elegeram mais de 11 mil delegados, e 19 conferências territoriais. Esse é o principal recorte. Exatamente, o Estado da Bahia, seguramente, é o estado dentre todos os estados brasileiros onde reside o maior número de biomas e a maior necessidade de preservação de biodiversidade em nosso País.

Uma das coisas que mais chamou a atenção não só para os baianos, delegados e autoridades que lá estiveram, mas principalmente aqueles que foram discutir as políticas estruturantes, é que a Bahia colocará à disposição do Poder Executivo e também pistas importantes para que este Poder, o Legislativo, possa estabelecer a possibilidade de votar projetos estruturantes relacionados com o tema da sustentabilidade. E aí, uma das primeiras providências, deputado Bira Corôa, foi a validação das grandes discussões ocorridas nos territórios de identidade, com isso, a reafirmação da política administrativa que identifica os territórios como unidades administrativas regionais. E essa validação faz com que permaneçam vivas aquelas discussões específicas que tiveram lugar nos diversos territórios de identidade, trazendo a oportunidade de termos um resultado que respeita a biodiversidade, os diversos biomas, mas, acima de tudo, as discussões que ocorreram lá dentro dos territórios de identidade, onde as questões ambientais são mais presentes e são diversas daquelas outras que poderiam suscitar medidas genéricas, como outrora se fazia no âmbito dessas discussões ligadas à sustentabilidade.

Também de igual importância dentre os outros seis temas secundários que aconteceram, aquele tema principal da integração das políticas públicas de meio-ambiente e recursos hídricos, foi a discussão do eixo seis, que trata dos resíduos sólidos. Uma política que, em nível mundial, opera uma verdadeira revolução no tratamento de um problema secular que é a coleta, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos, onde a principal discussão é, exatamente, a logística reversa, ou

seja, a reciclagem, o trabalho de reaproveitamento de materiais, considerando a possibilidade de estabelecermos novos paradigmas de sustentabilidade em nosso planeta. E é neste contexto que a Bahia inaugura, sem sombra de dúvidas, uma nova forma de tratar as questões de sustentabilidade, respeitando a biodiversidade, os territórios de identidade e a especificidade que este Estado tem como uma das principais características que o torna único dentre todas as unidades da Federação.

Portanto, é com muita alegria, Sr. Presidente, que destacamos esse grande evento por considerá-lo dos mais auspiciosos que ocorreram nesse últimos dias.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado João Bonfim pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO BONFIM:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito embora o nobre deputado José de Arimatéia esteja ansioso para fazer uso da palavra, naturalmente com assunto importante para tratar na tarde de hoje, gostaria, nobre deputado José de Arimatéia, de dizer que também trago um assunto de alta relevância para esta Casa e para todo o Estado da Bahia.

Trata-se da aplicação da lei 12.057, a já conhecida Lei Deputado João Bonfim, como é assim identificada pelos prefeitos e pelos técnicos da CEI e do IBGE, lei que permitiu que nosso Estado pudesse, depois de mais de 50 anos, fazer revisão nos limites dos seus municípios.

Já tive oportunidade, por diversas vezes ao assumir esta tribuna, de colocar essa minha preocupação. Após uma luta intensa da Comissão de Assuntos Territoriais que coroou de êxito essa luta, a decisão, a visão estadista do nosso governador Jaques Wagner de pedir a esta Casa que aprovasse, e hoje permite que a CEI aplique essa lei na revisão dos limites dos nossos municípios. Estamos tendo uma certa dificuldade na agilização dessa revisão. A princípio, nobre deputada Maria Luiza Laudano, imaginávamos que a CEI e o IBGE, que são os órgãos que estão tocando esse projeto, que estão em campo fazendo os levantamentos topográficos, identificando os limites dos municípios e observando o pertencimento das comunidades, teriam dificuldade de concluir o que estava previsto naquele projeto de lei em um tempo ágil e apropriado, no entanto eles se superaram e estão fazendo um trabalho belíssimo e ágil. Eles adquiriram a confiança não só da Comissão de Assuntos Territoriais, como também de todos os municípios da Bahia envolvidos, que acreditam no trabalho que está sendo feito. Infelizmente, a dificuldade está sendo identificada, aqui, nesta Casa Legislativa. Os anteprojetos de lei, que estão chegando a esta Casa prontos para serem analisados por este Plenário, estão encontrando dificuldade de tramitar, principalmente na Comissão de Constituição e Justiça.

Ainda hoje, tive oportunidade de participar da reunião da Comissão de Constituição e Justiça e fiz um apelo ao presidente Paulo Rangel. O deputado ficou sensibilizado com o meu apelo e buscou nos processos que estavam tramitando naquela comissão os oriundos da Comissão de Assuntos Territoriais que versavam sobre a Lei 12.057, sobre a revisão dos limites, mas, infelizmente, mais uma vez,

nenhum dos processos que estão ali tramitando chegaram a ser apreciados por aquela comissão.

Muitas das vezes os deputados que são indicados para relatores daquelas matérias têm uma interpretação, do meu ponto de vista, equivocada, porque, ao invés de se aterem tão somente aos aspectos constitucionais daqueles projetos de lei, acabam entrando na discussão de mérito e isso retarda um pouco a elaboração do parecer dos relatores e, conseqüentemente, a apreciação por parte daquela comissão.

Nós estamos com essa preocupação de que aquela comissão aprecie, o mais rapidamente possível, os quatro projetos de lei que já estão tramitando naquela comissão para que a gente possa discutir o mérito nas comissões competentes e trazer para este Plenário, ou então solicitar a esta Casa, aos nossos líderes que peçam dispensa de formalidade para apreciar essas matérias que estão dificultando a vida de alguns municípios.

Nós precisamos, deputado Álvaro Gomes, apreciar essas matérias para que muitos municípios recuperem as suas receitas, para que muitos municípios tenham os seus limites definidos e possam ter consciência do que realmente lhes pertence para que possam administrar aquilo que esteja dentro dos seus limites. Temos, aqui, um exemplo claro de que precisamos agilizar esses procedimentos, o município de Pojuca que tem parte do seu território questionado pelo município vizinho de Catu. Infelizmente, a gente não consegue tramitar, nesta Casa, com a celeridade necessária, os projetos de lei que estão sob a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Agradeço pela tolerância de V. Ex^a. Quero dizer ao nobre deputado José de Arimatéia que precisamos contar com o seu apoio nesses procedimentos de votação dos projetos de lei respaldados na Lei nº 12.057.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Srs. Deputado Álvaro Gomes, presidente desta Casa, mui digno deputado José de Arimatéia, deputado que honra a Bahia, Bira Corôa; a deputada de Pojuca, Catu e região, que dirige esta Casa muito bem, demonstrando que no dia em que as mulheres resolverem querer a presidência desta Casa, já está testado.

Senhores da Imprensa, das Galerias e aqueles que nos ouvem, quero, neste momento, expressar a Deus a minha alegria pela nossa existência, pela vida dos deputados, dos seus assessores e de todos os funcionários deste Estado, das autoridades do Judiciário e do Legislativo, dos policiais militares e civis, funcionários públicos de todos os órgãos, porque estamos entrando agora na fase final de mais uma eleição para prefeito de Salvador, o segundo turno e, graças a Deus, aonde estamos andando percebemos a consciência do povo desta cidade, dos bairros: Cajazeiras, Paripe, Periperi, a Suburbana e Península Itapagipana percebe-se a onda vermelha e que o povo tem consciência que o querido deputado Nelson Pelegrino será um presente de Deus para nossa capital.

Ele administrará como poucos o fizeram e poucos terão condições de fazê-lo, até porque, aliado ao projeto do governo federal da nossa grande presidente Dilma Rousseff, aliado ao projeto muito responsável do governador Jaques Wagner, que vem-se esforçando para ajudar a nossa capital e aquilo que não consegue fazer, lamentavelmente é por falta de disposição da prefeitura atual, que perdeu o rumo, parece que perderam a vontade de viver e onde andamos nas ruas de Salvador é uma buracolândia.

Salvador se transformou na capital dos buracos. Onde se vai tem crateras, escândalos no meio da rua, lixo espalhado em todo canto, uma falta de carinho pelo povo de Salvador. Tenho convicção que com a chegada desse novo gestor, Nelson Pelegrino, com sangue na veia, coragem, sensibilidade, até porque não será sua primeira administração, ele já nos honrou à frente da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, com muita sensibilidade, cuidando de pessoas, fazendo aquilo que ele aprendeu durante anos de sua vida, ainda muito jovem.

Costumo dizer aqui que sei separar a questão político partidária, até porque aprendi também muita coisa boa no próprio PT. Não estou lá porque houve algumas ingerências, questões lógicas, mas deixo lá amigos bons e projetos sérios pelos quais luto e tenho convicção que Salvador saberá digitar o número 13. Homens, mulheres e adolescentes que irão levar os pais dizerem: vamos votar na esperança! Vamos votar no 13! Vamos votar em quem tem um projeto verdadeiro para nossa capital e em quem tem condições teóricas e técnicas para apresentar o melhor projeto e poder executar um projeto de tranquilidade, especial, onde todos sejam contemplados, onde a igualdade social seja realmente para todos. Nelson Pelegrino será o nosso prefeito em nome de Jesus.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, todos os que nos acompanham através da *TV Assembleia*, boa-tarde.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para, como cidadão e presidente da Comissão de Saúde, comunicar que hoje é o Dia Nacional da Vacinação. Isso é algo de muita importância para a vida, pois garante a imunidade contra as doenças que existem espalhadas por este País.

Aqui, quero parabenizar o Ministério da Saúde que disponibiliza, nos postos de saúde dos municípios, de forma abrangente, vários tipos de vacina. O governo federal, sempre, tem-se preocupado com esta questão. Nós podemos ver o empenho do governo em manter as campanhas de vacinação que existem em todo País, rigorosamente, em dia; fora as outras vacinas disponibilizadas em postos de saúde para acesso dos cidadãos.

Sr. Presidente, há uma outra coisa da qual gostaria de chamar a atenção.

Amanhã acontecerá, em Salvador, a terceira edição do Encontro de Idosos no Centro de Saúde Santo Inácio. O evento será norteado pela palestra com o tema “O Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa”. Nessa perspectiva, venho mostrar a minha indignação perante os registros do serviço disque 100 que já apontam um aumento de 200% das denúncias somente em 2011 em relação aos maus tratos contra a pessoa da terceira idade.

Gostaria, neste momento, de pedir ao governo do estado que dê uma atenção especial à ampliação da Delegacia de Proteção ao Idoso. Temos, em Salvador, a única do estado que não está funcionando como deveria, uma vez que não há boa estrutura. Da forma que foi inaugurada, hoje é outra realidade. Isso tem nos preocupado.

Também gostaria de pedir ao governador a implantação de mais uma delegacia para a capital e que esta ampliação se estendesse para o interior do estado, como a nossa querida Feira de Santana que precisa, realmente, de uma atenção especial. Todos sabem que, de acordo com a população da cidade, os problemas com a violência aumentam. Não é diferente quando se fala em agressão aos idosos.

Portanto faço um apelo ao secretário, Dr. Maurício Barbosa, para que ele possa olhar com mais carinho para a Delegacia de Proteção ao Idoso que existe na capital baiana. Nós, deputados, temos como nos mobilizar, haja vista chegar a esta Casa o orçamento do estado para o ano de 2013, o qual será aprovado, ainda, este ano.

Peço ao governo do estado que se sensibilize e coloque neste orçamento a melhoria da estrutura da delegacia que já funciona em Salvador, como também a implantação de mais outra, porque uma cidade como Salvador não pode ter apenas uma delegacia. Gostaria, também, de que a nossa querida Feira de Santana fosse contemplada com mais uma delegacia dentro do orçamento que será aprovado durante este ano para o ano de 2013.

Então, gostaria que os Srs. Deputados, olhassem com carinho, lembrando que a participação de vocês nesse evento será de muita importância, amanhã, no Centro de Saúde Santo Inácio, onde estaremos discutindo exatamente a violência contra a pessoa idosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Servidores, imprensa, visitantes, em primeiro lugar, quero referendar o pronunciamento do deputado João Bonfim quando coloca com muita propriedade a necessidade de aprovar o mais urgente possível as ações de demarcação de limites e fronteiras nos municípios. Dos 417 municípios de nosso Estado, mais de 350 deles têm conflitos, áreas de convergências e de atritos entre si que ora atribuem prejuízos a uns, indignação e insatisfação a outros. Estamos presentes, como comunidades tradicionais, na maioria dessas áreas em conflito que estão nos limites dos municípios como parte periférica.

Temos acompanhado muitas dessas áreas de conflitos e vivenciado a angústia de muitos gestores com a perda de receita dos municípios, assim como também a indignação de comunidades que estão em um município, quando as suas interversões políticas e ações são de outro município, e ela sequer foi consultada e teve o direito de escolha e de identidade. Sem dúvida, é uma necessidade urgentíssima e que esta Casa se posicione a esse respeito.

Mas também, Sr. Presidente, quero aqui reafirmar o quanto é importante vivermos num contexto de democracia. A democracia, entre outras de suas grandes vantagens e virtudes, dá o direito de crescimento e de evolução. E é exatamente, Sr. Presidente, na plenitude do direito de crescimento é que tenho assistido o pronunciamento do deputado ACM Neto, demonstrando o quanto ele avançou. De “grampos”, para defensor das causas de combate ao racismo, de empacotado da burguesia para assumir a postura de defensor do povo negro deste Estado, em especial da cidade de Salvador.

Interessante quando ele se coloca, reclamando a paternidade familiar do Bolsa Família. Deixando claro, inclusive, e tremenda confusão que vive ao não saber separar o Bolsa Família como um instrumento de avanço social, como um projeto e um programa de integração e de reparação das mazelas e demandas implementadas por governos passados, nos quais ele foi construído e criado, consequentemente para avaliação da bolsa familiar, porque essa ele compreende muito bem, porque diz respeito diretamente ao contexto da sua família e da apropriação dos interesses do nosso Estado através da condução da sua família.

Fica claro, mais uma vez, que aquele que, junto com seu partido, teve um posicionamento contrário a um avanço significativo do tempo moderno do Brasil com o direito de negros, negras, índios, ciganos e brancos, oriundos das escolas públicas, poderem adentrar nas universidades públicas através das quotas, aquele que se posicionou contra as quotas, que defendeu a extinção das quotas no Supremo Tribunal Federal, hoje quer se posicionar como o pai desse projeto.

Sem dúvida nenhuma, a democracia nos permite conviver com as diversidades, com os conflitos, mas nos chama a uma responsabilidade, nobre deputada Maria Luiza Laudano, que é a de saber separar o joio do trigo. De saber distinguir quem tem compromisso, quem tem responsabilidade com esse projeto, daquele que tenta utilizá-lo neste momento para tentar retornar ao poder. Essa é a diferença que está posta na disputa de Salvador.

Estamos vendo neste 2º turno dois programas antagônicos. Um deles, defendido por ACM Neto, é arcaico, tradicional e representa a política implementada neste Estado ao longo de muitos anos. O outro é o programa transformador que vem levando o Brasil a um momento de destaque no cenário internacional e vem fazendo a Bahia avançar como nunca. E Salvador precisa se enquadrar nesse processo elegendo o deputado federal Nelson Pelegrino.

Por isso, não tenho dúvida de que o povo de Salvador estará neste 2º turno reafirmando um projeto já testado e aprovado no Brasil, com Lula e Dilma, e na Bahia, com Wagner. Agora é a vez desta capital, com Pelegrino.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra a deputada Graça Pimenta pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, componentes das Galerias, Srs. da Imprensa, funcionários desta Casa, boa- tarde.

Nobres colegas de Parlamento, como mulher, profissional de saúde e vice-presidente da Comissão de Saúde e Saneamento desta Casa, tenho o dever de vir a esta tribuna para alertar a sociedade sobre o aumento no numero de casos do câncer de mama entre as mulheres do nosso Estado.

Conforme levantamento feito pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), até o final deste ano a Bahia vai registrar 2.920 novos casos dessa doença. Sendo que 810 registros serão realizados apenas em Salvador. Em nível de Brasil, esse instituto estima o registro de 52.680 novos casos de câncer de mama.

O INCA aponta que essa doença é a segunda mais freqüente em todo o mundo e a mais comum entre as mulheres, sendo a responsável por 22% dos casos novos a cada ano.

Caros colegas de Parlamento, o número de mortes por conta do câncer de mama é entristecedor. Conforme esse instituto, em 2010 essa doença tirou a vida de 12.852 pessoas, sendo 12.705 mulheres e 147 homens. Em nosso País, as taxas de mortalidade devido ao câncer de mama permanecem elevadas.

Diante desses dados, o que vemos é uma ameaça constante à saúde humana, principalmente à do público feminino. Um dos fatores apontados como favoráveis à morte de pessoas com essa doença é o diagnóstico em estágios avançados, o que dificulta o sucesso do tratamento.

Com o câncer de mama sendo diagnosticado e tratado de forma correta e em tempo hábil, a previsão do tempo e da qualidade de vida do paciente é relativamente boa. No mundo, a sobrevida média após 5 anos é de 61%.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a informação sobre qualquer doença, em especial a respeito do câncer de mama, é uma importante aliada na realização precoce do diagnostico. Para chamar a atenção sobre o tipo de câncer que cito, neste mês é realizado o movimento popular internacionalmente conhecido como Outubro Rosa.

Iniciado nos Estados Unidos na década de 90, os idealizadores do movimento escolheram outubro por conta dele ter sido o mês que o Congresso Americano aprovou como o Mês Nacional de Prevenção do Câncer de Mama. A cor rosa foi escolhida pela fundação que deu inicio ao movimento, difundido pelo mundo tempos depois.

A iluminação em cor de rosa de prédios públicos e monumentos são a marca mundial de adesão ao movimento. Aqui na Bahia, o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, no Largo dos Aflitos, em Salvador, foi iluminado com luzes rosas.

Neste ano, o Brasil comemora 10 anos de adesão ao Outubro Rosa, cujo marco inicial foi a iluminação especial do Obelisco do Ibirapuera, em São Paulo, no ano de

2002. Todas as ações do movimento buscam chamar a atenção sobre a importância da prevenção do câncer de mama através do diagnóstico precoce. O auto-exame das mamas é importante na detecção da doença, mas procurar o médico é indispensável.

Cabe aos poderes públicos implantar mais políticas públicas com maior eficiência no que diz respeito a prevenir e tratar o câncer de mama. Agindo assim, poderemos combater a doença de modo mais abrangente, possibilitando às nossas mulheres um vida saudável.”

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Em função de um acordo entre Oposição e governo, vamos prorrogar o Pequeno Expediente por mais 5 minutos para dar oportunidade ao deputado Elmar Nascimento, inscrito, a falar.

Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Meu caro deputado Álvaro Gomes, que preside esta sessão, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, meu caro amigo Bira, a quem tive o prazer de ouvir há pouco apesar de discordar do seu pronunciamento. O PT do deputado Bira é um partido interessante: o que é bom, eles tentam faturar e misturar numa eleição municipal, que não tem nada a ver com a questão e com os programas federais.

O PT tentar arvorar para si e trazer para uma discussão uma questão que foge totalmente da competência do prefeito, que é a questão do Bolsa Família. Ninguém é contra, ninguém é a favor. Querem ignorar, inclusive, que foi através de uma emenda do senador Antonio Carlos Magalhães que se criou o Fundo de Combate à Pobreza, que originou o Bolsa Família. Mas essa não é discussão importante para o momento, porque o prefeito não tem o poder de botar nem de tirar Bolsa Família. Muito pelo contrário. Agora, quando vem a parte ruim, que é falar do “Mensalão”, do Sr. José Dirceu, presidente de honra do PT, do Sr. Genoíno, ex-presidente do PT, do Sr. Delúbio Soares, tesoureiro, caixa do PT de todas as eleições, do Sr. João Paulo Cunha, que presidiu a Câmara dos Deputados, representando pela proporcionalidade o PT, aí não aceita que se fale, que se traga essa discussão, porque se é eleição municipal... E o Sr. Nelson Pelegrino não se contamina.

O PT tem que resolver, deputado Leur, se mistura ou não as coisas. Se se discute coisas da questão federal, como o Bolsa Família, discuta-se também a parte ruim, que é o “Mensalão”, que está todo mundo envolvido nesse escândalo que condenou e que vai botar um bocado de gente na cadeia.

E o cinismo para ganhar as eleições... Não sei quem autoriza o programa, mas é de responsabilidade do candidato Nelson Pelegrino: chegou ao ponto de uma militante do PCdoB, eleitora de sindicato, professora municipal, ir ao programa eleitoral anteontem, com o contracheque na mão, para pedir aos companheiros que olhem, porque a vida do professor, servidor público melhorou. Esquecendo-se de dizer que é professora municipal. E é verdade que melhorou a vida do professor no município de Salvador.

Só que o PT, ao mesmo tempo que bota uma militante do PCdoB para ir falar que a vida do professor melhorou e pedir para olhar para isso, passa 90% do programa batendo na administração de João Henrique. Quer ganhar o bônus do que prestou, e foi pouca coisa que prestou nessa administração em que participou a vice de Nelson Pelegrino, Olívia Santana era Secretária de Educação, e não quer o ônus de ter participado. E quem mais participou da administração, quem mais teve cargos na administração de João Henrique, foi o PT.

A propaganda é tão cínica, deputado Adolfo Viana, tão cínica, que ontem metade da propaganda foi sobre o metrô, dizendo que Imbassahy teria reduzido o metrô de Salvador, e prometendo estendê-lo a Cajazeiras até 2016, quando o próprio governador já deu declaração que o percusso que leva até Lauro de Freitas só será possível chegar em 2015. Como é que se vai levar esse metrô a Cajazeiras em 2016? Está igual a Ponte Itaparica que Wagner usou a computação gráfica na sua eleição na televisão, e agora não se fala mais nem em projeto, deputado Leur! Nem projeto se fala!

Venho aqui com propriedade de quem foi o autor do requerimento para instalar a CPI do Metrô, para desafiar os deputados do Governo que não votaram em tempo, que não nos deixaram presidir, que não nos deixaram relatar, que não davam quórum às sessões do deputado Álvaro Gomes. Não davam quórum para realizar, sabem por quê? Porque a empreiteira OAS, que é a que está envolvida no desvio de recursos do metrô de Salvador, é a maior financiadora da campanha de Nelson Pelegrino!

É só olhar o site de prestação de contas do TSE e ver que o maior doador da campanha de Nelson Pelegrino é a OAS, a empresa que roubou o dinheiro do metrô de Salvador! E eles vão num cinismo querer retribuir metrô a João Henrique e Imbassahy! Nelson Pelegrino era o Líder do PT quando o metrô foi reduzido pela metade, e foi decisão do Governo Federal. Será que o prefeito ia pedir redução de percurso de metrô? E João Henrique, naquele Governo, foi o primeiro, foi eleito com a ajuda do PT, que participou e que tinha três secretarias, inclusive o Secretário de Governo, com o vereador Gilmar Santiago, que fazia interlocução com Nelson Pelegrino, Líder do PT. Foram eles e vai passar “óleo de peroba na cara” para falar de metrô.

Metrô é caso de polícia, e se aqui na Assembleia os deputados tivessem disposição de investigar e de desarquivar essa CPI e investigar de verdade, iriam chegar à OAS, reduzidas as proporções ou aumentadas, a OAS está para esse metrô de Salvador como a Delta está para essa CPI do Cachoeira. E também não querem investigar porque é roubo para financiar campanha de político, como hoje a OAS financia a campanha de Nelson Pelegrino e financiou a campanha de Mário Kertész, que estava vendido desde o primeiro turno para Nelson Pelegrino.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana: - Gostaria, Sr. Presidente, de solicitar a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a será atendido.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Considerando a presença de oito Srs. Deputados, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*